

Parecer nº 155/99

Data: 1999.09.22

Processo nº 701

Requerente: Presidente do Conselho de Administração do Hospital dos Condes de Castro Guimarães (Cascais).

1. O pedido

Refere-se no expediente enviado a esta Comissão pelo Presidente do Conselho de Administração (CA) do Hospital dos Condes de Castro Guimarães, em Cascais (HC) – ofício nº 137/CA, de 30 de Agosto de 1999, daquele estabelecimento hospitalar, e cópia do ofício nº 209, de 12 de Agosto de 1999, do Conselho Directivo Regional da Secção Regional Sul da Ordem dos Enfermeiros (OE) – que foram solicitadas por esta associação pública, com vista à instrução de procedimento disciplinar, as seguintes informações:

- Identificação da enfermeira-chefe do serviço de cirurgia;
- Identificação do(s) enfermeiro(s) responsável (responsáveis) pela prestação de cuidados a António José de Amorim durante o seu internamento (de 5 a 8 de Julho de 1999);
- Cópia dos registos de enfermagem relativos ao mesmo doente, durante aquele período.

Continua o ofício do CA/HC dizendo que, não se levantando dificuldades *quanto à possibilidade – e dever – da comunicação* dos dois primeiros elementos à OE, já relativamente ao terceiro se lhe suscitam dúvidas sobre a admissibilidade do *acesso à informação contida nos referidos registos, atendendo à natureza da mesma*.

Adianta, ainda, estar em curso, sobre os mesmos factos, um processo de averiguações ao nível do Hospital.

2. Análise jurídica da situação concreta

- 2.1. Os registos de enfermagem, parte integrante do processo clínico de cada doente, deverão considerar-se como integrados no acervo de dados pessoais cujo acesso por terceiros é condicionado (artigo 4º, nº 1, alínea c), artigo 8º, nºs 1 e 2, e artigo 15º, nº 2, da Lei que regula o acesso aos documentos da Administração (LADA) – Lei nº 65/93, de 26 de Agosto, alterada pela Lei nº 8/95, de 29 de Março, e pela Lei nº 94/99, de 16 de Julho).

Segundo o artigo 8º, nº 1, da LADA, os documentos nominativos são comunicados, mediante prévio requerimento, à pessoa a quem os dados digam respeito, bem como a terceiros que daquela obtenham autorização escrita.

Fora dos casos previstos no número anterior – reza o nº 2 do mesmo preceito –, os documentos nominativos são ainda comunicados a terceiros que demonstrem interesse directo, pessoal e legítimo.

O nº 2 do artigo 15º da LADA determina que *a entidade a quem foi dirigido requerimento de acesso a documento nominativo de terceiro, desacompanhado de autorização escrita deste, peça o parecer da Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos (CADA) sobre a possibilidade de revelação do documento (..).*

- 2.2. A LADA regula o direito de acesso aos documentos da Administração, tenham ou não a natureza de documentos nominativos. E fá-lo em termos de, quanto aos particulares (cidadãos ou empresas), o admitir como princípio geral e de o restringir em casos excepcionais.

Todavia, o que aqui está em apreciação não é o acesso do particular a documentos detidos pela Administração, mas o acesso que a eles pretende ter a Ordem dos Enfermeiros – associação pública representativa dos diplomados em Enfermagem, livre e autónoma no âmbito das suas atribuições, gozando de personalidade jurídica própria e sendo independente dos órgãos do Estado (cfr. o artigo 1º do Estatuto da Ordem dos Enfermeiros – EOE – aprovado pelo Decreto-Lei nº 104/98, de 21 de Abril).

Quer dizer: não se põe aqui a questão da concretização prática do princípio da administração aberta ao particular, plasmado no nº 2 do artigo 268º da Constituição da República Portuguesa (CRP) e do qual a LADA se revela um desenvolvimento normativo.

A questão que, no caso vertente, verdadeiramente se coloca é a de saber se, nas relações inter-institucionais – neste caso, entre uma associação pública, a OE, e um órgão da Administração –, vale o quadro normativo a que se aludiu.

- 2.3. A LADA configura, como se disse, um desenvolvimento do princípio da administração desburocratizada e aberta, mormente aos direitos e legítimos interesses dos particulares. Isto não significa o apagamento do dever de colaboração das instituições entre si, salvaguardado, obviamente, o respeito pelos direitos e garantias que a CRP e a Lei consagram e que a todos – órgãos de soberania, particulares e Administração – vinculam (cf. artigos 18º, nº 1, e 35º, ambos da Constituição da República).

E, neste domínio das relações inter-institucionais, hoje (após a alteração introduzida à LADA pela Lei nº 94/99, citada), compete à CADA *dar parecer sobre a comunicação de documentos nominativos ente serviços e organismos da Administração* (como é, aliás, o caso), se houver dúvidas sobre a admissibilidade dessa revelação – cfr. o seu artigo 20º, nº 1, alínea d).

- 2.4. A situação que está na base da presente informação tem origem num pedido de acesso a documentos nominativos detidos pelo Hospital de Cascais, pedido esse feito pela Ordem dos Enfermeiros – associação pública e, como tal, integrada, nos termos do nº 4 do artigo 267º da CRP, na estrutura da Administração Pública.

De harmonia com este preceito, *as associações públicas só podem ser constituídas para a satisfação de necessidades específicas*, não podendo exercer funções próprias das associações sindicais.

São, entre outras, atribuições da OE, de harmonia com as alíneas b) e h) do nº 2 do artigo 1º do respectivo Estatuto, *assegurar o cumprimento das regras de deontologia profissional e exercer jurisdição disciplinar sobre os*

enfermeiros, profissionais que, para exercerem a profissão, devem estar inscritos na Ordem (cf., por exemplo, o artigo 6º, nº 1, do EOE).

Assim, cabe ao respectivo conselho jurisdicional regional *instruir os procedimentos disciplinares que respeitem aos membros da ordem, com excepção dos que sejam da competência do conselho jurisdicional* (artigo 35º, nº 2, do EOE), podendo o instrutor *requerir a realização de diligências ao presidente do conselho directivo regional em cuja área foram praticados os factos em causa* (artigo 63º, nº 3, do Estatuto).

Tendo em conta estas disposições legais, não se afigura curial sujeitar o pedido formulado pela Ordem dos Enfermeiros ao Hospital de Cascais às mesmas estritas regras que possibilitam – e, por vezes, condicionam – o acesso dos particulares aos documentos da Administração.

Por isso – e pelo que toca à pessoa a quem os registos se referem -, deverá ser dada execução à solicitação dimanada da Ordem dos Enfermeiros.

- 2.5. De resto, em idêntico sentido se pronunciou já esta Comissão, por exemplo no parecer emitido no processo nº 639. Estava aí em causa um pedido da Ordem dos Médicos ao Hospital José Maria Grande, de Portalegre, relativo ao acesso ao processo clínico de uma doente, tendo-se a CADA pronunciado favoravelmente ao envio do relatório médico pretendido.

3. Conclusão

Em razão de quanto ficou dito, cumpre concluir como segue:

- 3.1 A Ordem dos Enfermeiros é uma associação pública (e, assim, inserida na estrutura da Administração, como dispõe o nº 4 do artigo 267º da Constituição) representativa dos diplomados em Enfermagem (artigo 1º, nº 1, do respectivo Estatuto);
- 3.2. Compete à CADA, nos termos do artigo 20º, nº 1, alínea d), da LADA, *dar parecer sobre a comunicação de documentos nominativos entre serviços e organismos da Administração em caso de dúvida sobre a admissibilidade dessa revelação (...)*;

3.3. Sendo uma das atribuições da Ordem exercer jurisdição disciplinar sobre os enfermeiros – artigo 3º, nº 2, alínea h), do Estatuto –, o que significa também que lhe cabe proceder às diligências necessárias ao apuramento da responsabilidade disciplinar, não se afigura curial sujeitar o pedido por ela feito ao Hospital dos Condes de Castro Guimarães, em Cascais, às mesmas estritas regras que possibilitam – e, por vezes, condicionam – o acesso dos particulares aos documentos da Administração;

3.4. Por isso – e pelo que diz respeito à pessoa a quem os registos se referem – deverá ser dada execução ao pedido feito pela Ordem dos Enfermeiros àquele estabelecimento hospitalar;

4. É este, pois, o parecer da CADA.

Aprovado na sessão da CADA de 22 de Setembro de 1999.

Castro Martins (Presidente) – João Figueiredo – Vasco Almeida – Francisco de Brito – Renato Gonçalves – Branca Amaral – Amadeu Guerra